

# Brasiliiana Participações S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acompanhadas do relatório do auditor independente nº 242Q5-076-PB

Em 31 de dezembro de 2023



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis anuais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022	14
Declaração dos Diretores sobre as demonstrações contábeis	36
Declaração dos Diretores sobre o relatório dos Auditor Independente	37

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

---

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.**

Av. José de Souza Campos, 507 –  
12º andar Cambuí, Campinas (SP)

T +55 19 2042-1036

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da  
**Brasiliiana Participações S.A.**  
Campinas – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Brasiliiana Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Brasiliiana Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Avaliação das exposições fiscais

A Companhia é polo passivo em processos judiciais que somam o montante de R\$ 878.267 mil cuja natureza está relacionada às incertezas sobre o tratamento fiscal: **(i)** do aproveitamento de prejuízo fiscal; **(ii)** compensações administrativas de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social e créditos de imposto de renda retido na fonte; e **(iii)** dedutibilidade do ágio fiscal da incorporação da Companhia Brasileira de Energia sobre o imposto de renda e contribuição social.

A administração e seus assessores jurídicos concluíram que é provável que as autoridades fiscais aceitem o tratamento fiscal escolhido e, conseqüentemente, a Companhia mensurou os tributos sobre o lucro corrente e diferido de acordo com a sua declaração de impostos e não registrou qualquer tributo sobre o lucro a pagar sobre esses processos.

## Como auditoria endereçou esse assunto

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido aos julgamentos realizados na aplicação da política contábil para o tratamento da incerteza fiscal e o grau de habilidade ou conhecimento especializado necessário para aplicar procedimentos de auditoria para tratar do assunto e avaliar os resultados desses procedimentos. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação do desenho dos controles internos chaves, relacionados ao processo de reconhecimento e acompanhamento dos processos fiscais;
- Reconciliar as informações recebidas nas respostas das cartas de circularização, encaminhadas pelos assessores jurídicos internos e externos, com o relatório interno da Companhia sobre a posição dos processos em andamento, se atentando para a suficiência dos montantes esperados para liquidação da obrigação e a probabilidade de perda estimada para cada processo; e
- Análise se as divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis consideram todos os aspectos relevantes requeridos pelas práticas contábeis aplicáveis ao tema.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o tratamento da incerteza fiscal dos tributos sobre o lucro, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 tomadas em conjunto.

## Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2.4 das demonstrações contábeis, que indica que em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e sua controlada incorreram em lucro líquido de R\$ 2.485 mil e, nesta data, a Companhia apresentou patrimônio líquido negativo de R\$ 53.404 mil e capital circulante líquido consolidado negativo de R\$ 13.179 mil. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 2.4, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na mesma nota, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a estes riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 26 de março de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-028.281/O-4 F SP



Élica Daniela da Silva Martins  
Contadora CRC 1SP-223.766/O-0

## BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS  
31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
<b>ATIVO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	55	684	96	707
Investimentos de curto prazo	3	216	—	601	412
Imposto de renda e contribuições sociais a recuperar	4	3	—	10	10
Outros ativos	6	5.637	4.424	5.643	4.424
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>5.911</b>	<b>5.108</b>	<b>6.350</b>	<b>5.553</b>
<b>ATIVO</b>					
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Imposto de renda e contribuições sociais a recuperar	4	1.457	2.354	3.798	4.531
Depósito judicial	5	28	3.273	28	3.942
Outros ativos	6	15.696	13.566	15.696	13.566
Investimento	7	2.872	2.726	—	—
Imobilizado, líquido		—	—	95	95
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>20.053</b>	<b>21.919</b>	<b>19.617</b>	<b>22.134</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>25.964</b>	<b>27.027</b>	<b>25.967</b>	<b>27.687</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
<b><u>PASSIVO</u></b>					
<b><u>CIRCULANTE</u></b>					
Fornecedores	9	7.010	7.011	7.012	7.011
Tributos e contribuições sociais a pagar		167	66	168	67
Obrigações de venda de controlada	8	12.348	22.559	12.348	22.553
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>19.525</b>	<b>29.636</b>	<b>19.528</b>	<b>29.631</b>
<b><u>PASSIVO</u></b>					
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>					
Fornecedores	9	—	6.617	—	6.617
Provisão para processos judiciais e outros	10	—	3.239	—	3.904
Obrigações de venda de controlada	8	18.409	17.778	18.409	17.778
Contas a pagar a partes relacionadas	16	41.434	25.646	41.434	25.646
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>59.843</b>	<b>53.280</b>	<b>59.843</b>	<b>53.945</b>
<b><u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>					
Capital social subscrito e integralizado	11.1	85.299	85.299	85.299	85.299
Reservas de capital	11.3	3.937	3.937	3.937	3.937
Prejuízos acumulados		(142.640)	(145.125)	(142.640)	(145.125)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>(53.404)</b>	<b>(55.889)</b>	<b>(53.404)</b>	<b>(55.889)</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>25.964</b>	<b>27.027</b>	<b>25.967</b>	<b>27.687</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Gerais e administrativas		(827)	(1.937)	(882)	(1.958)
Outras despesas operacionais		(75)	(68)	(76)	(69)
<b>TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(902)</b>	<b>(2.005)</b>	<b>(958)</b>	<b>(2.027)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	7	146	171	—	—
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>(756)</b>	<b>(1.834)</b>	<b>(958)</b>	<b>(2.027)</b>
Receitas financeiras	13	293	550	510	801
Despesas financeiras	13	(6.457)	(5.739)	(6.472)	(5.795)
<b>TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>(6.164)</b>	<b>(5.189)</b>	<b>(5.962)</b>	<b>(4.994)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS</b>		<b>(6.920)</b>	<b>(7.023)</b>	<b>(6.920)</b>	<b>(7.021)</b>
Contribuição social		(53)	(1)	(53)	(1)
Imposto de renda		(122)	(1)	(122)	(3)
<b>TOTAL DOS TRIBUTOS</b>	15	<b>(175)</b>	<b>(2)</b>	<b>(175)</b>	<b>(4)</b>
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE</b>		<b>(7.095)</b>	<b>(7.025)</b>	<b>(7.095)</b>	<b>(7.025)</b>
<b>OPERAÇÕES DESCONTINUADAS</b>	8 e 14	<b>9.580</b>	<b>(14.531)</b>	<b>9.580</b>	<b>(14.531)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>		<b>2.485</b>	<b>(21.556)</b>	<b>2.485</b>	<b>(21.556)</b>
Por ação preferencial e ordinária	12	0,00452	(0,03919)	0,00452	(0,03919)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.485</b>	<b>(21.556)</b>	<b>2.485</b>	<b>(21.556)</b>
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—
<b>TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.485</b>	<b>(21.556)</b>	<b>2.485</b>	<b>(21.556)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>85.299</b>	<b>3.937</b>	<b>(123.601)</b>	<b>(34.365)</b>
Prejuízo do exercício	—	—	(21.556)	(21.556)
Dividendos prescritos de controladas	—	—	32	32
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>85.299</b>	<b>3.937</b>	<b>(145.125)</b>	<b>(55.889)</b>
Lucro líquido do exercício	—	—	2.485	2.485
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>85.299</b>	<b>3.937</b>	<b>(142.640)</b>	<b>(53.404)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Prejuízo do exercício nas operações em continuidade		(7.095)	(7.025)	(7.095)	(7.025)
<b>AJUSTES PARA CONCILIAR O PREJUÍZO DO EXERCÍCIO COM O CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Varição monetária		48	260	62	314
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo		(45)	(187)	(94)	(187)
Juros sobre empréstimos partes relacionadas		2.188	1.315	2.188	1.315
Atualização monetária de depósitos judiciais		(47)	(260)	(57)	(318)
Resultado de equivalência patrimonial	7	(146)	(171)	—	—
		<b>(5.097)</b>	<b>(6.068)</b>	<b>(4.996)</b>	<b>(5.901)</b>
<b>Varição de ativos e passivos operacionais</b>		<b>(8.958)</b>	<b>(1.930)</b>	<b>(9.120)</b>	<b>(2.076)</b>
		<b>(14.055)</b>	<b>(7.998)</b>	<b>(14.116)</b>	<b>(7.977)</b>
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		29	327	102	327
Aplicações/resgates em investimentos de curto prazo		(203)	3.293	(197)	3.275
<b>Total do caixa líquido usado nas atividades operacionais</b>		<b>(14.229)</b>	<b>(4.378)</b>	<b>(14.211)</b>	<b>(4.375)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Mútuo de partes relacionadas	16	13.600	19.693	13.600	19.693
<b>Total caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>		<b>13.600</b>	<b>19.693</b>	<b>13.600</b>	<b>19.693</b>
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos em descontinuidade</b>		<b>—</b>	<b>(14.661)</b>	<b>—</b>	<b>(14.667)</b>
<b>Varição no caixa líquido da Companhia</b>		<b>(629)</b>	<b>654</b>	<b>(611)</b>	<b>651</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		684	30	707	56
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>55</b>	<b>684</b>	<b>96</b>	<b>707</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(902)</b>	<b>(2.007)</b>	<b>(958)</b>	<b>(2.027)</b>
Outras despesas operacionais	(75)	(68)	(76)	(69)
Serviços de terceiros	(827)	(1.939)	(882)	(1.958)
<b>3. VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>(902)</b>	<b>(2.007)</b>	<b>(958)</b>	<b>(2.027)</b>
<b>5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>(902)</b>	<b>(2.007)</b>	<b>(958)</b>	<b>(2.027)</b>
<b>6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>10.019</b>	<b>(13.810)</b>	<b>10.090</b>	<b>(13.730)</b>
Receitas financeiras	293	550	510	801
Resultado de participações societárias	146	171	—	—
Resultado líquido proveniente de operações descontinuadas	9.580	(14.531)	9.580	(14.531)
<b>7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>9.117</b>	<b>(15.817)</b>	<b>9.132</b>	<b>(15.757)</b>
<b>8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>9.117</b>	<b>(15.817)</b>	<b>9.132</b>	<b>(15.757)</b>
<b>Tributos (Governo)</b>	<b>175</b>	<b>—</b>	<b>175</b>	<b>4</b>
<b>Federais</b>	<b>175</b>	<b>—</b>	<b>175</b>	<b>4</b>
Imposto de renda e contribuição social	175	—	175	4
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>6.457</b>	<b>5.739</b>	<b>6.472</b>	<b>5.795</b>
Juros	6.457	5.739	6.472	5.795
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>2.485</b>	<b>(21.556)</b>	<b>2.485</b>	<b>(21.556)</b>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	2.485	(21.556)	2.485	(21.556)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis anuais  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

## **1. INFORMAÇÕES GERAIS**

---

A Brasileira Participações S.A. (“Companhia”), é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 16 de fevereiro de 2007, controlada diretamente pela AES Holdings Brasil Ltda. (“AHB”), sendo esta, por sua vez, uma controlada da The AES Corporation. A Companhia exerce atualmente o controle acionário na AES Elpa S.A. (“AES Elpa”) mediante participação direta no capital dessa sociedade.

A sede da Companhia está localizada na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil.

### **1.1 Dados sobre subsidiária**

AES Elpa S.A. - A Companhia detém o controle da AES Elpa, que é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou membro de consórcio com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil.

## **2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

---

Em 18 de março de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis, submetendo-a, nesta data, à análise prévia do Conselho Fiscal e deliberação do Conselho de Administração.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Administração em 26 de março de 2024.

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

## **2.2 Políticas contábeis e estimativas**

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

## **2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia e sua controlada fazem o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adotam premissas que impactam os valores das despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e sua controlada adotam premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e sua controlada são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas, avaliações e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são: provisão para processos judiciais e outros, perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração e valor justo de instrumentos financeiros.

A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações contábeis. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

## **2.4 Base de preparação e apresentação**

### **Continuidade operacional**

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no pressuposto de continuidade, indicando que conseguirá cumprir com os pagamentos das obrigações divulgadas nas notas explicativas Obrigações com Venda de Controlada e Provisões para Processos Judiciais e outros (Notas 8 e 10).

A Companhia e sua controlada apresentaram lucro líquido de R\$ 2.485 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e, nesta data, a Companhia possui patrimônio líquido negativo de R\$ 53.404 e capital circulante líquido consolidado negativo (os passivos circulantes consolidados excedem os ativos circulantes consolidados) de R\$ 13.178. Os principais passivos da Companhia são as obrigações estabelecidas no contrato de compra e venda das ações da Uruguaiana (antiga controlada), em que a Companhia é responsável pelos processos judiciais descritos na nota 8, e outros processos judiciais da Companhia conforme descritos na nota 10.

Como a Companhia e sua controlada dependem de financiamentos e aportes a serem acordados com os seus acionistas e ambas as situações não representam um compromisso formalizado, essas condições indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto a sua continuidade operacional. Se a Companhia não tiver condição de continuar operando no curso normal de seus negócios, podem existir impactos na realização dos seus ativos e cumprimento de certas obrigações, pelos valores reconhecidos em suas demonstrações contábeis.

## **Controlada AES Elpa**

A controlada AES Elpa não possui qualquer investimento em outras sociedades. Desta forma, não há fonte de recebimento de caixa advinda de dividendos. Como forma de mitigar seu risco de liquidez, a controlada AES Elpa possui uma política de gerenciamento de caixa, incluindo determinação de saldo mínimo de caixa, de forma a assegurar a disponibilidade de recursos financeiros. A Administração da controlada AES Elpa, tendo por base projeções de fluxo de caixa dos próximos doze meses e considerando o baixo nível de compromissos de curto prazo previstos e seu nível atual de disponibilidades, entende que não haverá insuficiência de caixa no curto prazo.

## **Segmento de negócios**

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia e sua controlada são baseadas em relatórios consolidados. A Companhia e sua controlada são holdings não operacionais. Consequentemente, a administração Companhia concluiu que possui apenas o segmento Holding como passível de reporte.

### **2.5 Moeda funcional e de apresentação**

A moeda funcional da Companhia, sua controlada é o real (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operações. As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.6 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023**

A Companhia e suas subsidiárias avaliaram os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em, ou após 1º de janeiro de 2023, estão evidenciadas a seguir:

#### **a. Adoção ao IFRS 17/CPC 50: Contratos de Seguro**

O IFRS 17/CPC 50 é uma nova norma de contabilidade, que substitui o IFRS 4/CPC 11 - Contratos de Seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação.

O objetivo geral da norma é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes.

Este Pronunciamento se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

#### **b. Alterações ao IAS 8/CPC 23: Definição de Estimativas Contábeis**

As alterações ao IAS 8/CPC 23 esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e *inputs* para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

### c. Alterações ao IAS 1/CPC 26 (R1): Divulgação de Políticas Contábeis

As alterações ao IAS 1/CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis e o IFRS *Practice Statement 2* fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

### a. Alterações ao IAS 12/CPC 32: Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação

As alterações ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o lucro estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

### b. Alterações ao IAS 12/CPC 32: Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois

As alterações ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o lucro foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre *Base Erosion Profit Shifting* (BEPS) e incluem:

- c. Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- d. Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

## 2.7 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia e sua controlada, foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir. A Companhia e sua controlada pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Correlação IASB	Natureza da alteração	Vigente para exercícios anuais iniciados em ou após
CPC 06 (R2) – Arrendamentos	IFRS 16	Requisitos de mensuração para passivos de arrendamento decorrentes de transações de venda e “leaseback”.	1º de janeiro de 2024
CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis	IAS 1	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante.	1º de janeiro de 2024
CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação	IFRS 7	Acordos de financiamento de	1º de janeiro de 2024
CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	IAS 21	Ausência de permutabilidade	1º de janeiro de 2025

## 2.8 Critérios de consolidação

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre a controladora e controlada são eliminados.

O exercício social da controlada incluída na consolidação coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e empresa controlada são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as demonstrações da Companhia e sua controlada, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

A seguinte entidade é considerada como controlada da Companhia e estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Descrição	Atividade	Participação (%)	
		2023	2022
<b>Participação direta</b>			
Elpa	Holding	100 %	100 %

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica "Investimentos de curto prazo".

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

### CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

#### Tipo de operação

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Numerário disponível	55	53	96	76
Operação compromissada	—	631	—	631
<b>Total</b>	<b>55</b>	<b>684</b>	<b>96</b>	<b>707</b>

### INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

#### Tipo de operação

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
CDB-DI	216	—	601	412
<b>Total</b>	<b>216</b>	<b>—</b>	<b>601</b>	<b>412</b>

Os investimentos de curto prazo em 31 de dezembro de 2023 estão representados por operações com CDB com liquidez diária e com rentabilidade média consolidada de 103,00% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (80,00% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

#### 4. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>CIRCULANTE</b>				
Imposto de renda retido na fonte	3	—	10	10
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>—</b>	<b>10</b>	<b>10</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Imposto de renda	1.457	2.352	3.795	4.526
Contribuição social	—	2	3	5
<b>Total</b>	<b>1.475</b>	<b>2.354</b>	<b>3.798</b>	<b>4.531</b>

A Companhia e sua controlada são tributadas pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal em relação ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL).

O saldo de imposto de renda e contribuição social a recuperar na Companhia e sua controlada, referem-se principalmente a créditos fiscais de anos anteriores. A Companhia e sua controlada, protocolaram pedidos de restituição junto à Receita Federal do Brasil e a realização desses ativos ocorrerá após o deferimento dos pedidos de restituição ou da sua compensação com outros débitos relativos a tributos federais. Devido à incerteza quanto ao prazo de resposta dos pedidos de restituição ou compensação, a Companhia e sua controlada passaram a reconhecer esses saldos como ativo não circulante.

#### 5. DEPÓSITO JUDICIAL

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Pis / Cofins - sobre receitas financeiras (nota 10.1) (i)	28	3.273	28	3.942
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>3.273</b>	<b>28</b>	<b>3.942</b>

(i) O depósito de R\$ 28 refere-se a um processo judicial tributário classificado como possível.

#### 6. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>CIRCULANTE</b>				
Seguros a apropriar (i)	5.637	4.424	5.637	4.424
Outros	—	—	6	—
<b>Total</b>	<b>5.637</b>	<b>4.424</b>	<b>5.643</b>	<b>4.424</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Seguros a apropriar (i)	15.696	13.566	15.696	13.566
<b>Total</b>	<b>15.696</b>	<b>13.566</b>	<b>15.696</b>	<b>13.566</b>

(i) Em 30 de junho de 2022, duas apólices junto ao Banco BMG que garantem dois processos administrativos foram renovadas. O prazo de vigência das duas apólices é de 30 de junho de 2027.

Em outubro e dezembro de 2023, duas apólices junto a Fairfax Brasil Seguros que garantem dois processos judiciais tributários foram renovadas. O prazo de vigência das duas apólices é dezembro de 2028 e fevereiro de 2029 respectivamente.

## 7. INVESTIMENTO

Composição do investimento	AES Elpa
<b>Participação direta</b>	
31/12/2023	100,00%
31/12/2022	100,00%
<b>Quantidade de ações ordinárias - 31/12/2023</b>	
	93.404.112
<b>Percentual de participação em ações ordinárias - 31/12/2023</b>	
	100,00%
<b>Quantidade de ações ordinárias - 31/12/2022</b>	
	93.404.112
<b>Percentual de participação em ações ordinárias - 31/12/2022</b>	
	100,00%
<b>Valor do capital social</b>	
31/12/2023	12.780
31/12/2022	12.780
<b>Patrimônio Líquido</b>	
31/12/2022	<b>2.726</b>
% de participação	100,00%
Saldo do investimento	<b>2.726</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	
31/12/2023	<b>2.872</b>
% de participação	100,00%
Saldo do investimento	<b>2.872</b>
<b>Resultado do exercício</b>	
31/12/2023	
Lucro da controlada no exercício	<b>146</b>
Movimentação do investimento	AES Elpa
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.523</b>
Equivalência patrimonial	171
Dividendos prescritos de controlada	32
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.726</b>
Equivalência patrimonial	146
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>2.872</b>

## 8. OBRIGAÇÕES DE VENDA DE CONTROLADA

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
<b><u>CIRCULANTE</u></b>		
Provisão para processos judiciais e outros (a)	5.497	16.497
Provisão para processos judiciais e outros (b)	6.851	6.062
<b>Total</b>	<b>12.348</b>	<b>22.559</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>		
Provisão para processos judiciais e outros (b)	18.477	14.572
Indenizações gerais e outras obrigações (c)	—	11.537
<i>Earn-out a receber (d)</i>	(68)	(8.331)
<b>Total</b>	<b>18.409</b>	<b>17.778</b>

De acordo com o contrato de compra e venda de ações a Companhia continuará sendo responsável pelas seguintes contingências referentes à Uruguaiana após o *closing* da operação:

(a) Provisão para processos judiciais e outros com probabilidade de perda provável

• Liquidação de Transações de Compra e Venda de Energia nos períodos de dezembro de 2000 a março de 2002 - A Uruguaiana ingressou com ação em face da ANEEL, da ONS e da MAE, visando (i) a declaração de que as paralisações para a antecipação de manutenção de suas usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre dezembro de 2000 a março de 2002, são passíveis de ressarcimento via ESS (Encargo de Serviços de Sistema); (ii) a declaração acerca da ilegalidade e da inconstitucionalidade do Despacho nº 116/2002 da ANEEL, com consequente manutenção dos preços praticados pela Uruguaiana em junho de 2001; (iii) a condenação da ANEEL em aplicar as paralisações para antecipação de manutenção das usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre dezembro de 2000 a março de 2002, o sistema de ressarcimento ESS; e (iv) a condenação do MAE/CCEE a refazer a contabilização e liquidação das operações da Uruguaiana, levando em consideração o ressarcimento de suas paralisações para a antecipação de manutenção e os preços de comercialização de energia elétrica praticados por ela em junho de 2001. Em agosto de 2022 foi realizado o pagamento parcial no montante de R\$ 46.308 utilizando-se a *escrow* e saldo de caixa (item b). Em 05 de outubro de 2022, a Brasileira Participações S.A e a Âmbar Comercializadora de Gás LTDA., atual controladora da Uruguaiana firmaram um termo para quitação do saldo da contingência do MAE, no montante de R\$ 86.324. Consequentemente, o processo foi enviado para liquidação via CCEE, sendo que foram usados recursos financeiros de: (i) o saldo de caixa e de conta *Escrow*, que estavam sob controle da Âmbar, (ii) saldo da conta *Escrow* constituída na Brasileira Participações S.A e (iii) mútuo mencionado na nota explicativa de partes relacionadas, nota 16.

• Ressarcimento ANEEL - Em 12 de junho de 2020 a Uruguaiana impetrou um pleito junto à Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), requerendo o ressarcimento dos custos da operação emergencial da UTE Uruguaiana que ocorreu em 2015 com base no atendimento do Ofício nº 003/2020-SRG/ANEEL de 8 de janeiro de 2020. O total do pleito foi de R\$ 28.006, no entanto a Uruguaiana tem uma obrigação com a Sulgás referente a custos de *Demurrage* e *Boil off* que totalizam R\$ 13.305 e que devem ser liquidados no momento em que a ANEEL efetuar o ressarcimento à Uruguaiana. Desta forma o valor justo desse ativo foi inicialmente estimado em R\$ 14.701, registrado como outros ativos não circulante. No entanto, em 26 de janeiro de 2021, a ANEEL, por meio do Ofício nº 001/2021, responde à sua ex-controlada Uruguaiana sobre o pleito realizado, informando que inicialmente de acordo com os seus controles não há um valor a receber pela Companhia e sim um valor a pagar.

Por força de obrigações contidas no SPA de venda da antiga Uruguaiana, a Brasileira foi notificada a pagar uma indenização no valor de R\$ 5.497 relativo a perda indenizável oriunda da discussão relacionada ao processo nº 48500.007124/2008-77, respeitado o CAP de limite de indenização prevista no próprio SPA. Em janeiro de 2024, essa indenização foi quitada, vide nota explicativa 19.

(b) Provisões para processos judiciais e outros com probabilidade de perda possível

- PIS/COFINS sobre receita de exportação - Em novembro de 2008, a Receita Federal lavrou Auto de Infração contra a Uruguaiana em razão da suposta incidência de PIS/COFINS sobre a receita decorrente da exportação de energia elétrica gerada pela Uruguaiana.

Em novembro de 2014, foi proferida decisão definitiva desfavorável à Companhia pelo Tribunal administrativo (CARF). Em decorrência, em janeiro de 2015 a Companhia impetrou mandado de segurança para a discussão do caso no âmbito judicial. Em março de 2015 foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável aos interesses da Companhia, dando ensejo a interposição do recurso de apelação. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância favorável à Companhia. Em face desta decisão, em dezembro de 2016 a União Federal interpôs recurso especial, o qual encontra-se pendente de julgamento. Em junho de 2021, foi proferida decisão pelo STJ, negando provimento ao recurso especial interposto pela União. Em maio de 2022, foi confirmado que a Procuradoria não interpôs novo recurso. Com isso, tornou-se definitiva a decisão favorável a Companhia. Em decorrência, foi apresentada petição (nos autos da execução fiscal) informando a decisão final favorável proferida nos autos do Mandado de Segurança. Em julho de 2022, foi proferida sentença de extinção da execução encerrando o processo definitivamente. Com isso, a provisão no montante de R\$ 7.056 foi revertida.

- Compensações Administrativas - Créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL - A Uruguaiana foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de compensações administrativas relativas a PIS, COFINS, IRPJ e CSLL. A principal razão do Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre informações contábeis e fiscais.

Em julho de 2016, a Uruguaiana foi intimada da decisão que negou provimento ao recurso especial relativo a duas compensações administrativas (COFINS e CSLL). Em relação a essas duas compensações não há mais a possibilidade de recurso e, em setembro de 2016, foi ajuizada ação declaratória para possibilitar a garantia do débito, através de seguro garantia, e a consequente suspensão da exigibilidade do débito, na qual se aguarda decisão de 1ª instância. Em outubro de 2016, os débitos foram inscritos em dívida ativa e, portanto, sofreram o acréscimo dos encargos legais estabelecidos pelo Decreto lei nº. 1025/69. Em outubro de 2016 foi ajuizada Execução Fiscal para cobrança dos débitos objeto da garantia. Em novembro de 2016, a Companhia apresentou Embargos à Execução Fiscal para discutir o mérito do processo, no qual se aguarda decisão de 1ª instância. Diante dos fatores expostos, a Companhia entende, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos, que a probabilidade de perda dessa causa continua possível. Quanto às demais compensações, aguarda-se o julgamento na esfera administrativa. O valor atualizado, em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 25.329 (R\$ 20.634 em 31 de dezembro de 2022).

(c) Indenizações gerais e outras obrigações

Indenizações gerais - Referem-se a eventuais danos que possam ocorrer relacionados a problemas técnicos e de meio ambiente na usina de Uruguaiana pelos quais a Companhia deverá indenizar o Comprador caso ocorram em um período de 3 anos.

Outras obrigações - Referem-se aos custos com P&D e encargos com empregados que foram assumidos pela Brasileira.

Em dezembro de 2023, encerrou-se o prazo contratual de 3 anos em que a Companhia seria responsável por eventuais problemas técnicos e de meio ambiente na usina de Uruguaiana. Durante este período, a parte indenizadora não recebeu quaisquer notificações pelo Comprador, desta forma, a Companhia realizou a baixa da provisão de Indenizações gerais e outras obrigações no montante de R\$ 10.685 e R\$ 1.364, respectivamente.

(d) *Earn-out* a receber - O Contrato de compra e venda de ações define que a Companhia deve receber uma quantia equivalente a R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos) por MW gerados pela Uruguiana após a data do *closing* até a data de 31 de dezembro de 2026 sendo que esse valor está limitado a R\$ 41.000. Para mensurar o valor justo desse montante a Companhia contratou uma consultoria externa que com base em projeções futuras do PLD e do preço do gás estimou um valor justo de R\$ 13.150 a ser recebido até 31 de dezembro de 2026. Para o cálculo do valor presente foi considerada uma taxa de desconto de 8,90% a.a e, assim, o valor justo na data da venda foi calculado em R\$ 9.588. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 68 (R\$ 8.331 em 31 de dezembro de 2022).

A movimentação das obrigações de venda de controlada é como segue:

	2022	Atualizações monetárias (ii)	Outras movimentações (i), (ii) e (iii)	2023
<b>CIRCULANTE</b>				
Provisão para processos judiciais e outros	22.559	1.508	(11.719)	12.348
<b>Subtotal</b>	<b>22.559</b>	<b>1.508</b>	<b>(11.719)</b>	<b>12.348</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Provisão para processos judiciais e outros	14.572	3.905	—	18.477
Indenizações gerais e outras obrigações	11.537	(4.077)	(7.460)	—
Earn-Out a receber	(8.331)	(282)	8.545	(68)
<b>Subtotal</b>	<b>17.778</b>	<b>(454)</b>	<b>1.085</b>	<b>18.409</b>
<b>Total</b>	<b>40.337</b>	<b>1.054</b>	<b>(10.634)</b>	<b>30.757</b>

(i) O montante de R\$ 11.719 refere-se a reversão da provisão para o processo judicial relativo ao ressarcimento da Uruguiana, vide nota 8 (a).

(ii) O montante de R\$ 7.460 refere-se a reversão da provisão de indenizações gerais e P&D, vide nota 8 (c).

(iii) Em dezembro de 2023, devida a probabilidade baixa de despacho térmico, a Companhia reavaliou o Earn-out a receber e reduziu o saldo em R\$ 8.545.

## 9. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>CIRCULANTE</b>				
Seguros a pagar (i)	6.617	6.622	6.617	6.622
Outros	393	389	395	389
<b>Subtotal</b>	<b>7.010</b>	<b>7.011</b>	<b>7.012</b>	<b>7.011</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Seguros a pagar (i)	—	6.617	—	6.617
<b>Subtotal</b>	<b>—</b>	<b>6.617</b>	<b>—</b>	<b>6.617</b>
<b>Total</b>	<b>7.010</b>	<b>13.628</b>	<b>7.012</b>	<b>13.628</b>

(i) Trata-se de seguros de processos judiciais, vide nota 6.

## 10. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

### 10.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros estão compostos da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Fiscal</b>				
Pis / Cofins - sobre receitas financeiras (a)	—	3.239	—	3.904
<b>Total</b>	<b>—</b>	<b>3.239</b>	<b>—</b>	<b>3.904</b>

A movimentação das provisões dos processos judiciais é como segue:

	Controladora			Controladora				
	Saldo em 31/12/2021	Atualizações	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2022	Atualizações	Reversão de atualizações	Reversão de provisão	Saldo em 31/12/2023
<b>Fiscal</b>								
Pis / Cofins - sobre receitas	2.979	260	3.239	3.239	189	(141)	(3.287)	—
<b>Total</b>	<b>2.979</b>	<b>260</b>	<b>3.239</b>	<b>3.239</b>	<b>189</b>	<b>(141)</b>	<b>(3.287)</b>	<b>—</b>

	Consolidado			Consolidado				
	Saldo em 31/12/2021	Atualizações	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2022	Atualizações	Reversão de atualizações	Reversão de provisão	Saldo em 31/12/2023
<b>Fiscal</b>								
Pis / Cofins - sobre receitas	3.590	314	3.904	3.904	22	(162)	(3.966)	—
<b>Total</b>	<b>3.590</b>	<b>314</b>	<b>3.904</b>	<b>3.904</b>	<b>22</b>	<b>(162)</b>	<b>(3.966)</b>	<b>—</b>

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir podem não ser precisamente realizadas devido ao andamento futuro dos processos.

(a) Fiscal: PIS/Cofins sobre receitas financeiras: A Companhia e sua controlada discutem judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/Cofins sobre receitas financeiras a partir de 1 de julho de 2015. Enquanto não se tinha decisão de mérito a Companhia e sua controlada efetuava depósitos judiciais sobre os valores em discussão judicial. Além disso, por se tratar de obrigação legal, a Companhia e sua controlada, efetuaram provisão para o referido valor. Em relação ao mérito, em dezembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal julgou, em repercussão geral, a tese de forma desfavorável aos contribuintes. Sendo assim, em virtude do julgamento em repercussão geral, o entendimento foi aplicado a todos os demais processos que discutem a mesma matéria. Com isso, os valores depositados foram convertidos em renda em favor da União e em julho de 2023 o processo foi extinto em virtude do pagamento do débito.

## 10.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia apresenta a seguir um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia e de sua controlada.

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Fiscal	878.267	831.462
Cível (i)	Não determinado	Não determinado
Total	<b>878.267</b>	<b>831.462</b>

(i) Os processos cíveis não possuem valor quantificável e por isso deve-se considerar os saldos como não determinado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

A seguir a Companhia apresenta as principais contingências passivas, considerando o montante mínimo de divulgação de R\$ 5.000 e relevância do tema.

### (a) Fiscal

#### (a.1) Auto de infração – aproveitamento de prejuízo fiscal

Em 02 de junho de 2010, a Companhia recebeu o Auto de Infração, lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB), exigindo o recolhimento de aproximadamente R\$ 670.335 atualizado até 31 de dezembro de 2023 (R\$ 635.660 em 31 de dezembro de 2022) relativos a IRPJ e CSLL decorrentes da glosa de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL compensados com débitos tributários sem a aplicação do limite legal de 30% estabelecido na Lei nº 9.065/95, motivada pela incorporação da empresa AES Transgás Empreendimentos S.A..

Em sua defesa, a Companhia apresentou Impugnação Administrativa alegando, em síntese, que, por absoluta ausência de previsão legal, a limitação imposta pela Lei nº. 9.065/95 não se aplica aos casos de incorporação, uma vez que, com a extinção da empresa incorporada, a integralidade do crédito não poderia ser compensada em exercício posterior. Em maio de 2011, houve decisão desfavorável à Companhia em 1ª instância. Em 2ª instância, foi apresentado Recurso Voluntário, para o qual foi proferida decisão desfavorável em outubro de 2012. Por consequência de tal decisão desfavorável, em outubro de 2012, a Companhia apresentou Embargos de Declaração. Em maio de 2015, foi proferida decisão que acolheu os embargos de declaração para negar provimento ao recurso voluntário. Em seguida, foi interposto recurso especial. Em março de 2016, foi proferida decisão que negou provimento ao recurso especial. Em decorrência, foram opostos embargos de declaração. Em abril de 2016, foi proferida decisão que rejeitou os embargos de declaração da Companhia. Como não existia mais a possibilidade de recurso administrativo, em maio de 2016, a Companhia impetrou Mandado de Segurança com o intuito de continuar discutindo judicialmente a questão. Em novembro de 2016 foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável à Companhia. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso de apelação. Em maio de 2018, a Companhia foi citada nos autos da execução fiscal que visa à cobrança dos débitos em questão. Em decorrência, foi solicitada a transferência da garantia para a execução e opostos embargos à execução fiscal, em abril de 2021, foi proferida decisão de primeira instância que rejeitou os embargos à execução, sem a análise do mérito. Em face dessa decisão, a Companhia opôs embargos de declaração. Em maio de 2021, foi proferida decisão que rejeitou os embargos de declaração. Em face desta decisão, a Companhia interpôs o recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento.

#### (a.2) Compensações administrativas – saldos negativos de IRPJ e CSLL

Em 11 de janeiro de 2011, a Companhia apresentou recurso administrativo em face do Despacho Decisório emitido pela Receita Federal que não reconheceu os créditos de saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados no ano-calendário de 2006, em razão da incorporação da AES Tietê Empreendimentos, e compensados com débitos de IRPJ e CSLL. O não reconhecimento dos créditos compensados decorre do entendimento da Receita Federal de que, para os casos de aproveitamento de prejuízo fiscal, deve-se respeitar o limite legal de 30% por ano-calendário. O principal argumento sustentado pela Companhia é a ausência de vedação legal para o caso específico de incorporação, onde a sociedade incorporada se extingue no mesmo ano-calendário. Em maio de 2011, houve decisão desfavorável na 1ª instância administrativa. Em decorrência, foi interposto recurso voluntário.

Em agosto de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância administrativa que deu parcial provimento a este recurso. Em julho de 2017, foram opostos embargos de declaração, os quais foram rejeitados. Em março de 2018, a Companhia interpôs recurso especial. Em outubro de 2018, foi proferida decisão que negou seguimento ao recurso especial. Com o encerramento da esfera administrativa de forma desfavorável à Companhia, em janeiro de 2019, foi distribuída ação judicial para apresentar seguro garantia, para fins de suspensão da exigibilidade do débito. Em virtude do ajuizamento de execução para cobrança dos valores, a Companhia opôs embargos à execução. Em 10 de julho de 2020, foi proferida sentença que julgou improcedentes os embargos à execução opostos pela Companhia. Em face da referida decisão, a Companhia opôs embargos de declaração. Em fevereiro de 2021, foi proferida decisão desfavorável aos interesses da Companhia. Em face desta decisão, a Companhia interpôs o recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Receita Federal exigirá o pagamento de aproximadamente R\$ 87.692 atualizado até 31 de dezembro de 2023 (R\$ 83.868 em 31 de dezembro de 2022).

#### (a.3) Compensações administrativas – créditos de IRRF

Em junho de 2010, a Companhia foi intimada de Despacho Decisório emitido pela Receita Federal que não reconheceu os créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, existentes em função da distribuição de Juros sobre Capital Próprio – JCP realizada por sua antiga controlada indireta Eletropaulo. Em decorrência, foi apresentada defesa administrativa. Em abril de 2011, foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável aos interesses da Companhia. Em face desta decisão, a Companhia apresentou recurso voluntário.

Em outubro de 2018, foi proferida decisão de 2ª instância administrativa, a qual deu integral provimento ao recurso voluntário da Companhia, cancelando a cobrança consubstanciada no processo em questão. Em fevereiro de 2019, a Companhia tomou conhecimento de que a Procuradoria não interpôs recurso especial. Com isso, tornou-se definitiva a decisão favorável a Companhia. No entanto, após o retorno dos autos para a Delegacia da Receita Federal, foi emitida carta cobrança informando a existência de suposto saldo em aberto no valor de R\$ 4.968, atualizados até 31 de dezembro de 2023. Em decorrência, a Companhia impetrou Mandado de Segurança para discutir a legalidade da cobrança em questão. Em virtude do ajuizamento de execução para cobrança dos valores, a Companhia opôs embargos à execução, os quais encontram-se pendentes de julgamento.

#### (a.4) Auto de infração – Ágio (2013/2016)

Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil – RFB, visando à cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 397.018 atualizado até 31 de dezembro de 2023 (R\$ 336.226 em 31 de dezembro de 2022). A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela coligada AES Brasil Operações S.A. (ocorrida entre 2013 e 2016), em virtude das incorporações realizadas entre 2000 e 2016. Após a análise do auto de infração, a coligada AES Brasil Operações S.A. verificou que parcela da autuação se refere a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia.

Desta forma, do montante total cobrado no auto de infração (R\$ 397.018), R\$ 115.272 seriam de responsabilidade da Brasileira Participações S.A., na medida em que estão relacionados a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia, e R\$ 283.262 atribuíveis à coligada AES Brasil Operações S.A..

Em relação à parcela de responsabilidade da Brasileira Participações S.A., a coligada AES Brasil Operações S.A. notificou o BNDES e Brasileira Participações S.A. para resguardar o direito quanto a eventual indenização, na forma do contrato de indenização firmado com aquela companhia por ocasião do Projeto Baltimore. Em 03 de dezembro de 2019, a coligada AES Tietê Energia, apresentou impugnação administrativa.

Em 06 de outubro de 2020, foi proferida decisão de primeira instância administrativa parcialmente favorável aos interesses da coligada AES Tietê Energia. A decisão em questão exonerou o montante de R\$ 60.310 atualizados até 31 de dezembro de 2021. A coligada AES Tietê Energia interpôs recurso voluntário em face da parcela que lhe foi desfavorável, o qual encontra-se pendente de julgamento. Caso sobrevenha decisão desfavorável à coligada AES Tietê Energia, a Companhia terá que arcar com o pagamento da parcela da autuação relativa ao período de sua responsabilidade. Sendo assim, deverá monitorar o caso, bem como a atualização dos valores.

## (b) Cível

### (b.1) Ação civil pública - improbidade administrativa

O Ministério Público Federal instaurou ação civil pública, em julho de 2004 contra diversas pessoas físicas e jurídicas, dentre elas a controlada AES Elpa e a Companhia, esta última na qualidade de sucessora da AES Transgás. Tal ação foi proposta perante a Justiça Federal da Seção Judiciária de São Paulo com o objetivo de questionar determinados aspectos da privatização da Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. Por conta de decisão liminar concedida em agosto de 2004, pela qual foi determinada a quebra de sigilo fiscal e bancário da Companhia e dos demais réus, a Companhia interpôs agravo de instrumento perante o Tribunal Regional Federal da Terceira Região. Ao longo do processo foram proferidas uma série de decisões interlocutórias, as quais foram objetos de recursos pelas partes ao longo do processo foram proferidas uma série de decisões interlocutórias, as quais foram objeto de recursos pelas partes ao longo do processo foram proferidas uma série de decisões interlocutórias, as quais foram objeto de recursos pelas partes. Finalmente, em fevereiro de 2015, foram julgados os referidos recursos, sendo que: (i) foi afastada a ordem de quebra de sigilos bancário e fiscal dos réus; e (ii) foi recebida a inicial integralmente, a contemplar todas as supostas condutas ímprobas aventadas na inicial. O Ministério Público Federal interpôs recursos especial e extraordinário contra a decisão que versava sobre a quebra de sigilo. Os recursos especial e extraordinário aguardam julgamento perante o STJ e STF. Por outro lado, a Companhia interpôs recurso especial contra o acórdão que recebeu a inicial integralmente. Em 17 de agosto de 2017, foi publicada decisão que inadmitiu o referido recurso da Companhia. Em 12 de setembro de 2017, a Companhia e a controlada AES Elpa apresentaram recurso ao Superior Tribunal de Justiça com o objetivo de reformar a negativa de seguimento pelo Tribunal. Em novembro de 2019, transitou em julgado a decisão que negou provimento ao recurso da Companhia e da controlada AES Elpa (apresentados em face da decisão que determinou o seguimento da ação). Sendo assim, o processo voltou a tramitar em 1ª instância e os demais réus foram citados. Em 14 de setembro de 2021, foi proferida decisão de 1ª instância favorável aos interesses da Companhia. Em suma, foram indeferidos os pleitos realizados pelo Ministério Público Federal de São Paulo contra AES Elpa e AES Transgás (Brasileira Participações S.A.) relativos à suposta infração do BNDES à Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), no que se refere aos empréstimos realizados pela AES Elpa e AES Transgás (Brasileira Participações S.A.) para aquisição de ações da Eletropaulo. Em 1º de outubro de 2021, o Ministério Público interpôs recurso de apelação, o qual será analisado pelo Tribunal.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

### 10.3 Seguro garantia

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui seguros garantia para processos judiciais, conforme relação a seguir:

Natureza	2023			2022		
	Quantidade	Valor	Taxa a.a.	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
<b>COMPANHIA (i)</b>						
Fiscal	4	747.380	0,47% a 1,50%	4	698.671	0,50% a 0,65%

(i) Seguro garantia nos processos fiscais possíveis referentes (a) Auto de infração – aproveitamento de prejuízo fiscal no montante de R\$ 745.261 (R\$ 696.626 em 31 de dezembro de 2022); e (b) Compensações administrativas – saldos negativos de IRPJ e CSLL no montante de R\$ 2.120 (R\$ 2.045 em 31 de dezembro de 2022).

## 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 11.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 85.299 em 31 de dezembro de 2023 e 2022, dividido em 550.000.008 ações, sendo 507.692.309 ações ordinárias e 42.307.699 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

### 11.2 Composição acionária

	2023		2022	
	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>ACIONISTAS</b>				
AES Holdings Brasil Ltda.	253.846.155	50,00	253.846.155	50,00
BNDESPar	253.846.154	50,00	253.846.154	50,00
<b>Total das ações</b>	<b>507.692.309</b>	<b>100,00</b>	<b>507.692.309</b>	<b>100,00</b>
<b>ACIONISTAS</b>				
AES Holdings Brasil Ltda.	6	—	6	—
BNDESPar	42.307.693	100,00	42.307.693	100,00
<b>Total das ações</b>	<b>42.307.699</b>	<b>100,00</b>	<b>42.307.699</b>	<b>100,00</b>

### 11.3 Reservas

	2023	2022
<b>Reservas de capital:</b>		
Capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital (i)	(7.481)	(7.481)
Transferência de investimento entre sócios (ii)	11.130	11.130
Efeito de alteração de participação em controlada (iii)	(16.817)	(16.817)
Venda de participação societária da AES Serviços (iv)	17.105	17.105
<b>Total</b>	<b>3.937</b>	<b>3.937</b>

(i) A Reorganização Societária ocorrida em 31 de dezembro de 2016 foi precedida de uma capitalização AFAC registrado no patrimônio líquido da controlada AES Elpa em nome da Companhia, no valor de R\$ 429.200, sendo que tal capitalização deu-se sem a emissão de novas ações pela controlada AES Elpa, não havendo, portanto, diluição de seus acionistas não controladores. O montante de R\$ 7.481 representa a participação de acionistas não controladores no adiantamento para futuro aumento de capital da controlada AES Elpa, na proporção de 1,74% do capital total sobre o referido AFAC. Por se tratar de transação de capital envolvendo acionistas não controladores, este montante foi registrado no patrimônio líquido como reserva de capital.

(ii) Em 13 de junho de 2006, a AHB e BNDESPAR celebraram um Instrumento Particular de Transações e outras Avenças, por meio do qual foi cancelada a opção para que fossem transferidas as ações de emissão da AES Sul (“Opção”) de titularidade do Grupo AES para a Brasileira Energia S.A. (companhia com participações da AHB e BNDESPAR). Em contrapartida ao cancelamento da Opção, o instrumento determinou a transferência do investimento na AES Serviços para a Brasileira Energia S.A.. Após eventos de reorganizações societárias, o investimento foi transferido para a Companhia. Por se tratar de uma transação de capital, a Companhia registrou a contrapartida do recebimento do investimento em conta específica no patrimônio líquido, uma vez que esta transação foi considerada transação de capital, ou seja, transações com sócios na qualidade de proprietário, não resultando em perda de controle.

(iii) Em 30 de dezembro de 2016 devido à reorganização societária ocorrida, foi assegurado o direito de resgate aos acionistas da controlada AES Elpa que dissentiram da aprovação da Cisão Parcial da Companhia, nos termos do artigo 137 da Lei das Sociedades por Ações, com pagamento de reembolso calculado com base no valor contábil de suas ações apurado a partir das demonstrações contábeis da controlada AES Elpa levantadas em 31 de dezembro de 2015 e divulgadas em 1º de março de 2016. Os acionistas da controlada AES Elpa titulares de 1.113.626 ações ordinárias efetivamente exerceram o seu direito de retirada. O pagamento foi realizado em 03 de fevereiro de 2017 sendo o efeito reflexo registrado na Companhia nesta data, como reserva de capital.

Em 20 de abril de 2017, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada, foi aprovado o cancelamento das 1.113.626 ações ordinárias de emissão da controlada AES Elpa, as quais representavam 1,17% do seu capital social. O número total de ações da controlada AES Elpa passou de 95.061.053 para 93.947.427 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal. Sendo assim, a Companhia alterou de 98,26% para 99,42% a sua participação na referida controlada.

O valor da recompra de ações foi de R\$ 17.105, sendo reconhecido pela controlada AES Elpa como redução de capital social, e a Companhia por sua vez, reconheceu o efeito reflexo em seu patrimônio líquido na rubrica “Efeito de alteração de participação em controlada”, o montante de R\$ 16.807.

Em 08 de outubro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o resgate de 543.313 ações ordinárias, as quais representavam a totalidade das ações de emissão da controlada AES Elpa que remaneceram em circulação após o leilão da OPA. O número total de ações da controlada AES Elpa passou de 93.947.427 para 93.404.113 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal. Sendo assim, a Companhia alterou de 99,42% para 100% a sua participação na referida controlada.

Com o respectivo e posterior cancelamento das ações houve a redução do capital social da controlada AES Elpa no montante de R\$ 5, e a Companhia por sua vez, reconheceu o efeito reflexo em seu patrimônio líquido na rubrica “Efeito de alteração de participação em controlada”, o montante de R\$ 10.

(iv) No dia 14 de maio de 2019, foi assinado o contrato de compra e venda de quotas da AES Serviços para a AES Holdings do Brasil Ltda. no qual foi efetivado após o cumprimento das condições precedentes plenamente atendidas em 1º de julho de 2019.

## 12. RESULTADO POR AÇÃO

O estatuto da Companhia atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias. Os valores de resultado por ação nas tabelas abaixo contemplam essa condição.

A tabela a seguir apresenta o resultado básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023	2022
<b>Numerador:</b>		
Resultado líquido do exercício proveniente de operações em continuidade	(7.095)	(7.025)
Resultado líquido do exercício proveniente de operações em descontinuidade	9.580	(14.531)
<b>Resultado líquido</b>	<b>2.485</b>	<b>(21.556)</b>
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Média ponderada do número de ações ordinárias	507.692	507.692
Média ponderada do número de ações preferenciais	42.308	42.308
<b>Resultado por ação</b>		
Resultado básico e diluído por ação ordinária	0,00452	(0,03919)
Resultado básico e diluído por ação preferencial	0,00452	(0,03919)

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e data da conclusão destas demonstrações contábeis.

A Companhia não possui nenhum instrumento que tem efeito diluidor. Desta forma, o lucro básico por ações é equivalente ao lucro por ação diluído.

## 13. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>				
Renda de aplicações financeiras	127	210	179	258
Atualização de créditos tributários	175	207	342	366
Atualização de depósitos judiciais	47	278	57	333
PIS e Cofins sobre receita financeira	(56)	(145)	(68)	(156)
<b>Total</b>	<b>293</b>	<b>550</b>	<b>510</b>	<b>801</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>				
Cartas de fiança e seguros garantia	(4.220)	(4.161)	(4.220)	(4.163)
Atualização monetária de processos judiciais (nota 10.1)	(48)	(260)	(62)	(314)
Juros sobre mútuo (nota 16.1)	(2.188)	(1.354)	(2.188)	(1.354)
Outras despesas financeiras	(1)	36	(2)	36
<b>Total</b>	<b>(6.457)</b>	<b>(5.739)</b>	<b>(6.472)</b>	<b>(5.795)</b>
<b>Total resultado financeiro</b>	<b>(6.164)</b>	<b>(5.189)</b>	<b>(5.962)</b>	<b>(4.994)</b>

## 14. OPERAÇÃO DESCONTINUADA

Na demonstração do resultado do exercício de 31 de dezembro de 2023 o total apresentado como resultado de operações descontinuadas refere-se principalmente a movimentações das obrigações da venda da ex-controlada Uruguaiana, conforme segue:

	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	2023	2022
Atualização da provisão para processos judiciais e outros	(5.413)	(14.533)
Complemento de provisão para processos judiciais e outros	—	(7.767)
Baixa de provisão para processos judiciais e outros (nota 8)	11.719	7.057
Baixa de Earn-Out a receber (nota 8)	(8.545)	(4.136)
Baixa de indenizações gerais e P&D (nota 8)	7.460	—
Atualização da escrow e do saldo de caixa	—	5.466
Atualização das indenizações gerais, outras obrigações e provisões	4.077	(1.317)
Atualização do Earn-Out a receber	282	1.243
Honorários advocatícios	—	(544)
<b>Total</b>	<b>9.580</b>	<b>(14.531)</b>

## 15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	Controladora				Consolidado			
	2023		2022		2023		2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>2.660</b>	<b>2.660</b>	<b>(21.556)</b>	<b>(21.556)</b>	<b>2.660</b>	<b>2.660</b>	<b>(21.552)</b>	<b>(21.552)</b>
<b>Aliquota nominal</b>	<b>25%</b>	<b>9%</b>	<b>25%</b>	<b>9%</b>	<b>25%</b>	<b>9%</b>	<b>25%</b>	<b>9%</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social - Despesa nominal</b>	<b>(665)</b>	<b>(239)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(665)</b>	<b>(239)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Adições (exclusões):								
Resultado de equivalência patrimonial	36	13	(171)	(171)	—	—	—	—
Atualização SELIC de créditos tributários	44	16	(207)	(207)	85	31	(367)	(207)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	63	23	19.112	19.112	(60)	(21)	19.108	19.112
Diferenças temporárias sem imposto diferido constituído.	376	135	2.825	2.836	493	177	2.832	2.658
Outros ajustes	24	—	(4)	(15)	24	—	(24)	(12)
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(122)</b>	<b>(53)</b>	<b>(1)</b>	<b>(1)</b>	<b>(122)</b>	<b>(53)</b>	<b>(3)</b>	<b>(1)</b>
<b>Composição dos tributos no resultado:</b>								
Correntes	(122)	(53)	(1)	(1)	(122)	(53)	(3)	(1)
<b>Total</b>	<b>(122)</b>	<b>(53)</b>	<b>(1)</b>	<b>(1)</b>	<b>(122)</b>	<b>(53)</b>	<b>(3)</b>	<b>(1)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>-4,6%</b>	<b>-2,0%</b>	<b>—%</b>	<b>—%</b>	<b>-4,6%</b>	<b>-2,0%</b>	<b>—%</b>	<b>—%</b>

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e sua controlada acumulam prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias sobre os quais não foram registrados impostos diferidos ativos, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo fiscal	141.911	95.778	159.253	111.962
Base negativa contribuição social	141.911	95.778	162.800	115.509
Diferenças temporárias ativas	1.504	6.982	1.973	7.451

## 16. PARTES RELACIONADAS

### 16.1 Transação com partes relacionadas

PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Mútuo</b>				
AES Brasil Ltda. (i)	7.276	5.785	7.276	5.785
AES Holding Brasil Ltda. (ii)	34.158	19.861	34.158	19.861
<b>Total do passivo com partes relacionadas</b>	<b>41.434</b>	<b>25.646</b>	<b>41.434</b>	<b>25.646</b>

(i) Em 29 de julho de 2021, a AES Brasil Ltda., parte relacionada e controlada indireta da The AES Corporation, firmou um contrato de mútuo com a Companhia no valor de R\$ 4.383, com juros de 163% do CDI + 3,04% a.a. e com vencimento em parcela única em 29 de julho de 2026.

(ii) Em 1º de junho de 2022, a AES Holding Brasil Ltda., parte relacionada e controlada indireta da The AES Corporation, firmou um contrato de mútuo com a Companhia no valor de R\$ 2.063, com juros de 100% do CDI + 1,66% a.a. e com vencimento em parcela única em 01 de junho de 2025. Em 12 de setembro, 04 de outubro, 28 de dezembro de 2022, e em 13 de junho e 28 de novembro de 2023, a AES Holding Brasil Ltda firmou novos mútuos de R\$ 700, R\$ 15.800, R\$ 1.300, R\$ 7.100 e R\$ 6.500 com as mesmas características descritas acima.

As movimentações dos mútuos em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	Controladora e Consolidado		
	AES Brasil Ltda	AES Holding Brasil Ltda	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>5.785</b>	<b>19.861</b>	<b>25.646</b>
Ingresso	—	13.600	13.600
Encargos financeiros	1.494	694	2.188
<b>Saldos em 31 de dezembro 2023</b>	<b>7.279</b>	<b>34.155</b>	<b>41.434</b>

O impacto no resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é demonstrado a seguir:

Resultado	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
AES Brasil Ltda (nota 13)	(2.188)	(255)	(2.188)	(1.354)
<b>Total</b>	<b>(2.188)</b>	<b>(255)</b>	<b>(2.188)</b>	<b>(1.354)</b>

### 16.2 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta administração é composta pelo Conselho de Administração. A remuneração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são apresentadas a seguir:

	Consolidado	
	2023	2022
Benefícios de curto prazo	4	116
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>116</b>

## 17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

### 17.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e sua controlada são como segue:

		Controladora					
		2023		2022			
Notas		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria	
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>							
	Caixa e equivalentes de caixa	3	55	55	684	684	Custo amortizado
	Investimentos de curto prazo (CDBs)	3	216	216	—	—	Valor Justo por meio do resultado
	Depósitos vinculados	5	28	28	3.273	3.273	Custo amortizado
	<b>Total</b>		<b>299</b>	<b>299</b>	<b>3.957</b>	<b>3.957</b>	
<b>PASSIVO (Circulante e não circulante)</b>							
	Fornecedores	9	7.010	7.010	13.628	13.628	Custo amortizado
	Contas a pagar a Partes Relacionadas	16	41.434	41.434	25.646	25.646	Custo amortizado
	<b>Total</b>		<b>48.444</b>	<b>48.444</b>	<b>39.274</b>	<b>39.274</b>	

		Consolidado					
		2023		2022			
Notas		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria	
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>							
	Caixa e equivalentes de caixa	3	96	96	707	707	Custo amortizado
	Investimentos de curto prazo (CDBs)	3	601	601	412	412	Valor Justo por meio do resultado
	Depósitos vinculados	5	28	28	3.942	3.942	Custo amortizado
	<b>Total</b>		<b>725</b>	<b>725</b>	<b>5.061</b>	<b>5.061</b>	
<b>PASSIVO (Circulante e não circulante)</b>							
	Fornecedores	9	7.012	7.012	13.628	13.628	Custo amortizado
	Contas a pagar a Partes Relacionadas	16	41.434	41.434	25.646	25.646	Custo amortizado
	<b>Total</b>		<b>48.446</b>	<b>48.446</b>	<b>39.274</b>	<b>39.274</b>	Custo amortizado

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs). Os CDBs são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

O valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia e sua controlada optaram por divulgá-los com valores equivalentes ao do valor contabilizado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

### 17.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia e sua controlada estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e sua controlada, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais.

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia e da controlada, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

**(a.1) Risco de crédito**

Consiste no risco da Companhia e sua controlada incorrerem em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Consolidado	2023
Caixa e equivalentes de caixa	96
Investimentos de curto prazo	601
<b>Total da exposição</b>	<b>697</b>

**(a.2) Risco de liquidez**

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e sua controlada adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados e (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez.

No cenário atual, a Companhia e sua controlada dependem de empréstimos e aportes de seus acionistas para honrar seus compromissos futuros com passivos financeiros e obrigações de venda da Companhia e sua controlada.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros e obrigações de venda da Companhia e de sua controlada. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Consolidado Posição em 31 de dezembro de 2023	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	—	7.012	—	—	—
Obrigações de venda de controladas	—	12.348	18.409	—	—
Mútuo	—	—	34.958	8.172	—
<b>Total</b>	<b>—</b>	<b>19.360</b>	<b>53.367</b>	<b>8.172</b>	<b>—</b>

**(a.3) Riscos de mercado**

Gestão de capital

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas atuais. Em decorrência da paralisação das atividades operacionais, a Companhia gerencia seu capital com o único objetivo de cumprir com os seus compromissos financeiros associados à fornecedores, processos judiciais e contratos de mútuo com partes relacionadas.

## Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador CDI nos investimentos e mútuos e dos indexadores SELIC, IGPM e IPCA para os saldos de obrigação de vendas, aos quais a Companhia e sua controlada estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2023, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base nos dados disponíveis no Banco Central, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2023, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Consolidado	Taxa de Juros	Posição em 31/12/2023	Projeção - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
<b>CDI</b>			<b>5,11%</b>	<b>7,67%</b>	<b>10,22%</b>	<b>12,78%</b>	<b>15,33%</b>
Investimentos de curto prazo	CDI	601	31	46	61	77	92
Mútuo	CDI	(41.434)	(2.117)	(3.178)	(4.235)	(5.295)	(6.352)
<b>SELIC</b>			<b>5,11%</b>	<b>7,66%</b>	<b>10,22%</b>	<b>12,77%</b>	<b>15,33%</b>
Contingência de PIS/COFINS	SELIC	(25.328)	(1.294)	(1.940)	(2.588)	(3.234)	(3.883)
<b>IGPM</b>			<b>2,02%</b>	<b>3,03%</b>	<b>4,04%</b>	<b>5,05%</b>	<b>6,31%</b>
Compensações administrativas	IGPM	—	—	—	—	—	—
Earn-Out	IGPM	68	1	2	3	3	4
<b>IPCA</b>			<b>1,94%</b>	<b>2,91%</b>	<b>3,88%</b>	<b>4,85%</b>	<b>6,06%</b>
Ressarcimento	IPCA	(5.497)	(107)	(160)	(213)	(267)	(333)
<b>Subtotal</b>		<b>(71.590)</b>	<b>(3.486)</b>	<b>(5.230)</b>	<b>(6.972)</b>	<b>(8.716)</b>	<b>(10.472)</b>

## 18. SEGUROS

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Responsabilidade civil de administradores - D&O	01/04/2023	01/04/2024	100.000

A apólice de Responsabilidade Civil de Administradores - D&O, possui limite de proteção compartilhado entre a Companhia e sua controlada.

## 19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em janeiro de 2024, a Companhia recebeu um novo mútuo de sua controladora AHB Holding no montante de R\$ 5.740 com a finalidade de pagamento do processo judicial de ressarcimento da Uruguaiana, vide nota 8 (a).

### **Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis:**

Os Diretores da BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. (“Companhia”), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.773.191/0001-36, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/2022, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 18 de março de 2024.

Diretores:

Rogério Pereira Jorge  
Diretor Presidente

José Ricardo Elbel Simão  
Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relação com Investidores

**Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente:**

Os Diretores da BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. (“Companhia”), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.773.191/0001-36, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/2022, , DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 18 de março de 2024.

Diretores:

Rogério Pereira Jorge  
Diretor Presidente

José Ricardo Elbel Simão  
Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relação com Investidores